Para uns a tempestade, para outros a bonança

Hugo Filipe Lopes aka Cöbramor · 12.11.2026

POLÍTICA · SOCIEDADE

A esta distância, é possível perceber a concretização do Novo Normal prometido pela era Covid. Não de uma maior empatia, aproximação ou desaceleramento, mas do anunciado quando se instalou a intransponível trincheira entre os trabalhadores que podem ficar em teletrabalho e os que têm de continuar a trabalhar dada a natureza das suas funções, ou a parar sem qualquer tipo de compensação.

Foram três realidades que continuam a ser tratadas unidimensionalmente mesmo agora, em plena Era das Catástrofes, em que passamos de temperaturas tórridas e incêndios para tempestades e cheias sem atender à crise ambiental, o que tornará a ausência de cataclismos como a excepção em vez da regra.

> A polarização em redor do eventual excesso de zelo do governo em parar o país camufla o verdadeiro problema: dos efeitos da decisão, colocando o ónus na decisão em si e não nas suas consequências.

A universalidade nas medidas do Covid e agora nas tempestades colocam a nu desigualdades estruturais, enquanto aumentam os antagonismos gerados entre as esferas laborais do público e do privado e, dentro de cada uma, entre contratos sem termo, com termo, falsos recibos verdes e trabalhadores fantasma.

A polarização em redor do eventual excesso de zelo do governo em parar o país camufla o verdadeiro problema: dos efeitos da decisão, colocando o ónus na decisão em si e não nas suas consequências.

Esta não é uma discussão sobre o clima, mas sobre as diferentes condições de trabalho, embora também seja sobre o clima porque as tempestades continuarão a chegar e parar o país poderá salvar vidas, mas não compensará os rendimentos perdidos nem solidificará os nossos edifícios incapazes de suportar a amplitude térmica, quanto mais tempestades frequentes ou o elefante na sala de que ninguém fala: o terramoto acontecerá eventualmente, só não se sabe quando.

> A questão não é parar ou não parar e sim como criar as condições para parar.

Parar o país também não oferecerá segurança aos trabalhadores que não podem parar, como cuidadores, trabalhadores de limpeza ou da distribuição. Não resolverá, igualmente, a questão da responsabilidade patronal nas paragens ou como serão divididos os custos das catástrofes que acontecerem.

A questão não é parar ou não parar e sim como criar as condições para parar.

O verdadeiro olho do furacão reside nos efeitos da paragem devido à tempestade Charles, não nessa entidade difusa que é a Economia, mas sobre os trabalhadores. Se na função pública parar representa um dia concedido pelo Estado, no privado as diferenças multiplicam-se entre trabalhadores obrigados a usar

um dia de férias devido ao encerramento do local de trabalho, outros que não conseguiram deslocar-se e muitos que ficaram em casa a dar apoio à família, além dos que ficaram em teletrabalho e dos que não tiveram outra opção a não trabalhar.

> Fechar o país sem assumir a devida responsabilidade governamental é uma decisão que exclui grande parte da população sem casa, com casa e sem condições para teletrabalho, os falsos recibos verdes ou os trabalhadores independentes, obrigando-os a escolher entre a própria segurança ou a subsistência.

Essa terraplanagem governamental de fechar tudo ao estilo Covid, sem atender aos efeitos, esconde as consequências sociais criadas pela gestão capitalocêntrica das últimas décadas.

Fechar o país sem assumir a devida responsabilidade governamental é uma decisão que exclui grande parte da população sem casa, com casa e sem condições para teletrabalho, os falsos recibos verdes ou os trabalhadores independentes, obrigando-os a escolher entre a própria segurança ou a subsistência.

> Parar tudo nega a existência da larga fatia (por contabilizar) de trabalhadores em diversas formas de precariedade ou sem existência formal, arredados do acesso a mecanismos de protecção em situações rotineiras, quanto mais nas excepcionais, no que é, afinal o negócio do capitalismo de catástrofe.

Ao sugerir a paragem, o governo fala para a parte do país que ainda se pode dar ao luxo de parar. Fala essencialmente para o que será provavelmente a última geração de funcionários públicos com vínculos directos a um Estado em processo de desmantelamento para uma terceirização definitiva e para alguns dos trabalhadores privados, teoricamente mais protegidos pela legislação.

Parar tudo nega a existência da larga fatia (por contabilizar) de trabalhadores em diversas formas de precariedade ou sem existência formal, arredados do acesso a mecanismos de protecção em situações rotineiras, quanto mais nas excepcionais, no que é, afinal o negócio do capitalismo de catástrofe.

Não obstante qualquer potencial gravidade da tempestade Charles, a decisão do governo ao encerrar o país visou mais a sua própria protecção do que a dos portugueses. Encerrar o país não visou apenas evitar outra situação como a da tempestade Kristin em Leiria, mas, depois da tempestade perfeita constituída pelas cargas policiais sobre os acampados, aliadas ao deteriorar da imagem do executivo, este evento proporcionou o ansiado deslocamento do foco mediático e público para uma situação onde Montenegro consegue simular competência e empatia, precisamente por não ter sido necessário a sua materialização.

Conceder autonomia à Web Summit para decidir se adiava o programa no dia da tempestade, enquanto vários trabalhadores da autarquia lisboeta tiveram de estar no Rossio à meia noite para preparar a feira de Natal de Carlos Moedas, apenas constata o que já sabemos.

Para uns a tempestade, para outros a bonança.
